

NEODESENVOLVIMENTISMO E POLÍTICA SOCIAL¹

Carlos Montaña²

1.1 INTRODUÇÃO

Procuramos tratar aqui dos fundamentos do “nacional-desenvolvimentismo” (ou desenvolvimentismo clássico), enquanto processo de industrialização nacional inserido no cenário mundial de expansão capitalista consolidado depois do segundo

-
- 1 Conferência apresentada no III Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento organizado pela Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA, Ceará, novembro de 2013).
 - 2 Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, 2001). Professor Associado e Pesquisador da mesma Universidade. Graduado em Serviço Social pela Universidad de la República (UdelaR, Montevideu-Uruguai, 1989). Realizou estudos de pós-doutorado no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT, Coimbra-Portugal, entre 2009 e 2010). Autor dos livros *Microempresa na era da globalização* (Cortez, 1997); *A natureza do serviço social* (Cortez, 1998 e 2007); *Terceiro setor e questão social* (Cortez, 2002 e 2005) e *Estado, classe e movimento social* (Cortez, 2010). Coordenador da coleção *Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social* (Cortez). Professor visitante e conferencista em diversos países da América Latina. Foi membro da Direção Executiva de ALAEITS (2006-2008) e Coordenador Nacional de Relações Internacionais da ABEPSS (Brasil, 2008-2010 e 2011-2012). Coordena o Núcleo de Estudos Marxistas sobre Política, Estado, Trabalho e Serviço Social (PETSS/ESS-UFRJ).

pós-guerra e do chamado “neodesenvolvimentismo” como proposta apresentada no contexto atual de crise e hegemonia neoliberal.

A questão é refletir se o chamado “neodesenvolvimentismo” significa uma retomada do desenvolvimento em oposição ao neoliberalismo, com demarcação deste (como é apresentado pelos seus defensores), ou se, contrariamente, representa ajustes ao neoliberalismo, tal como a chamada “terceira via”, expressando mais a sua continuidade do que a sua negação.

Será particularizado o caso das políticas sociais e o papel do chamado terceiro setor em um novo padrão neoliberal (com os ajustes do neodesenvolvimentismo) de intervenção na “questão social”.

1.2 DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

A partir dos anos 1950 e 1960, duas grandes teorias tendem a lançar diferentes (e antagônicas) interpretações sobre a condição do capitalismo na América Latina e particularmente no Brasil, bem como sobre seu caminho para a industrialização e modernização.

Sob a influência da *Teoria geral* de Keynes (1985) e estruturada a partir da CEPAL, desenvolve-se a “Teoria do Desenvolvimento”. Esta, a partir da renda nacional e per capita e do ritmo das inversões, classifica os países em: a) desenvolvidos; b) em-vias-de-desenvolvimento; e c) subdesenvolvidos, sendo estes estágios e etapas de um processo (naturalizado), que pode ser percorrido por todos os países, desde que estimulado pelo Estado e com participação da sociedade. Surge assim o “desenvolvimentismo” nos países latino-americanos.

Contrária a essa visão, que vê o processo de desenvolvimento como fenômeno autônomo de cada nação, surge, nos anos 1960 1970, a “Teoria da Dependência”. Nela, autores como Theotônio dos Santos (1972), Ruy Mauro Marini (1977) e André Gunder Frank (1983), a partir da obra de Marx, e inspirados nas categorias trotskistas de “desenvolvimento desigual e combinado” (TROTSKY, 2007, p. 19) e de “imperialismo” de Lênin (1979), concebem o desenvolvimento e o subdesenvolvimento no capitalismo mundial como um processo que se dá na relação entre os países e não de forma autônoma para cada nação.

Assim, concebe-se, no sistema capitalista mundial, a existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos (e dentro de cada nação, áreas modernas e ricas, convivendo com outras pobres e atrasadas), não segundo características individuais e endógenas, mas de acordo com sua posição como países de “centro” e de “periferia”, em uma relação estrutural e sistêmica: os países desenvolvidos o são pela sua relação de “exploração” dos países periféricos. Estes últimos, considerados como dependentes, ou neocolônias, têm, por sua vez, sua condição explicada

não pelo grau de desenvolvimento, mas pela posição subordinada, periférica (inclusive de “semiperiferia”) e dependente no sistema capitalista mundial.

A dependência marca, mais que um processo de desenvolvimento de uma nação individual, uma relação estrutural, em que tal processo pode até se dar no país periférico por estímulo do país central (e suas corporações privadas), levando a uma relação de dependência centro-periferia: a periferia depende do financiamento e da tecnologia oriundos da metrópole para se desenvolver, enquanto o centro, seus Estados e suas corporações passam a absorver boa parte do lucro gerado nesses países recém-industrializados. O saque da riqueza das nações pobres pelas ricas não se dá mais (exclusivamente) pela espoliação ou usurpação dos recursos naturais; agora as nações imperialistas tomam boa parte da riqueza produzida industrialmente nos países periféricos e semiperiféricos (dependentes, neocoloniais) por vias capitalistas: pelo pagamento da tecnologia transferida, pela amortização da dívida gerada pelos empréstimos e pela circulação de capitais intrafirmas (o lucro gerado nas filiais da periferia é transferido para suas empresas matrizes no centro).

Nessa concepção, pode existir um país atrasado, dependente e subordinado que, no entanto, possa ter um grau significativo de desenvolvimento industrial. Esse aspecto é central, pois o grande capital encontrará inestimável fonte de lucro no processo de industrialização dos países periféricos.

Nessa teoria, a superação da condição de país dependente não é mais o resultado do desenvolvimento capitalista, mas supõe uma ruptura com o imperialismo e até com a ordem capitalista: uma revolução socialista.

Para relativizar esse caminho, partindo da noção de “dependência”, mas contrária a este desfecho, surge, primeiro na obra de Celso Furtado (2007 e 1961) e depois de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), uma visão “*cepalina*” da dependência: contrária à saída socialista, aceitando a “inserção autônoma” do país no cenário capitalista internacional e concebendo um processo de “industrialização dependente”, sem romper com os interesses do grande capital internacional e dos países centrais, mediante forte investimento estatal.

Porém, na atualidade, a criticada (e supostamente superada) “*teoria desenvolvimentista*” volta a se tornar referência na análise do país. Paradoxalmente reintroduzida no governo de um dos autores da “dependência”, Fernando Henrique Cardoso, e após ele nos governos Lula e Dilma, mas com nova denominação: os então chamados países “*em-vias-de-desenvolvimento*” denominam-se hoje de “*emergentes*”, repondo a concepção evolutiva e autonomista do “*desenvolvimentismo*”, em que, mantendo e consolidando-se a sua condição de periferia e dependência, pretende-se um processo de modernização conservadora.

A compreensão do desenvolvimento ou subdesenvolvimento, do moderno e atrasado, a partir de uma relação sistêmica, no contexto imperialista, de desen-

volvimento desigual e combinado, de relação de dependência, permite-nos uma abordagem crítica do processo de “*desenvolvimentismo*” vivido na América Latina nos anos 1960 até o início dos anos 1980.

É consenso entre os teóricos conceber o período emoldurado pela chamada “Guerra Fria”, que vai fundamentalmente desde o segundo pós-guerra até a extinção do bloco soviético (logo após a crise capitalista, que se inicia nos anos 1970, a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da União Soviética, em 1991), como um período de expansão capitalista³ “longa onda expansiva”, “expansão produtivo-comercial” etc., os “anos dourados”, enfim, do capitalismo.

Nesse contexto de ampliação da produção e do consumo mundial (na saída da crise de 1929 e das duas guerras mundiais, com o aumento da taxa de lucro, o crescimento do emprego, o desenvolvimento de políticas sociais e dos direitos trabalhistas etc.) é o que o mercado capitalista requer de sua ampliação mundial. Ampliação esta limitada pela divisão mundial em dois blocos: o capitalista (sob o comando hegemônico dos Estados Unidos) e o socialista (reunido ou vinculado à União Soviética). Assim, na nova fase “imperialista” do capitalismo (LÊNIN, 1979), o grande capital precisou promover, particularmente nos países latino-americanos, uma nova forma de colonialismo, fundado na dependência tecnológica e financeira. Segundo Lênin,

desde o momento em que, na época do imperialismo capitalista, se põe a questão da política colonial, [...] o capital financeiro e a política internacional [...] criam entre os Estados diversas formas *transitórias* de dependência. Tal época não se caracteriza apenas pelos dois principais grupos de países (possuidores de colônias e colonizados), mas ainda por variadas formas de *países dependentes* que, gozando nominalmente de *independência política*, na realidade, estão presos nas redes de uma *dependência financeira e diplomática*. Já indicamos uma destas formas: as semicolônias. Eis uma outra da qual por exemplo, a Argentina nos oferece o modelo (grifos nossos) (LÊNIN, 1979, p. 84).

A necessidade de incorporação de tecnologia de ponta, produzida nos países centrais para manter níveis de competitividade nos mercados internacionais, a livre circulação intrafirmas de mercadorias de empresas transnacionais, a dívida externa e as necessidades de crédito do Fundo Monetário Internacional (FMI) são formas mais atuais de dependência e neocolonialismo (ver MANDEL, 1982, p. 243; FURTADO, 1978, p. 83). Esse fato mantém e confirma o aspecto colonial e dependente dos nossos países, mudando apenas a modalidade e o centro da relação: Espanha-Portugal/Inglaterra/Estados Unidos.

3 Ver MANDEL, 1982; MESZAROS, 2002; ARRIGHI, 1996.

A motivação para promover este processo de “desenvolvimento” industrial nas ex-colônias, nos atuais países do chamado “terceiro mundo” (periféricos) é a procura pela maior acumulação de capital. Mandel (1982) esclarece assim o fenômeno: se no século XIX até finais da Segunda Guerra Mundial era conveniente ao capital produzir industrialmente nos centros metropolitanos (países centrais), após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, faz-se importante aos interesses do grande capital transferir para a periferia algumas áreas da produção – “o padrão das indústrias exportadoras imperialistas deslocou-se cada vez mais para máquinas e bens de capital [...]. No entanto, a exportação cada vez maior de elementos de capital fixo resulta no interesse crescente dos maiores grupos monopolistas por uma industrialização incipiente do Terceiro Mundo”. Segundo o autor, “é esse fato [...] que constitui a raiz básica de toda a ‘ideologia’ do desenvolvimento” (MANDEL, 1982, p. 42, 43, 57, 243). Para ele, “o super-lucro só pode ser obtido às expensas dos países, regiões e ramos industriais menos produtivos” (MANDEL, 1982, p. 70), os quais, no entanto, precisam ser desenvolvidos. Sem regiões, países e indústrias dependentes “não pode haver transferência de excedente para os desenvolvidos” (MANDEL, 1982, p. 70). Por tal motivo, continua o autor, “nos países subdesenvolvidos, a ênfase dos investimentos estrangeiros deslocou-se da pura produção de matérias-primas para a fabricação de bens de consumo” (MANDEL, 1982, p. 245).

Segundo Lênin, o que caracteriza a fase imperialista é, mais do que a exportação de mercadorias, a exportação de capitais (LÊNIN, 1979, p. 60). Conforme ele, a Inglaterra e a Alemanha, entre finais do século XIX e início do XX, investiram na Argentina, Brasil e Uruguai perto de quatro bilhões de dólares (LÊNIN, 1979, p. 60).

Os capitais monopolistas das grandes corporações transnacionais nos países centrais precisaram migrar e expandir suas fronteiras procurando os mercados dos países periféricos, especialmente semiperiféricos, particularmente na América Latina, para obter vantagens no processo produtivo (recursos naturais abundantes e baratos, força de trabalho abundante, barata e relativamente dessindicalizada e desprotegida legalmente, isenções fiscais do Estado) e expandir o mercado de consumo de seus produtos – mediante a incorporação da massa populacional desses, que tem aumentado “em um ritmo espetacular” (HOBSBAWM, 1995, p. 255) a esfera do mercado. O sistema de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), como um mecanismo de protecionismo das indústrias locais (de capitais nacionais ou transnacionais), foi fator fundamental para promover a industrialização nos países periféricos, favorecendo o investimento industrial ao garantir boa parcela do mercado local para o consumo de sua produção, limitando ou inibindo a importação de produtos mediante barreiras alfandegárias mediante o estabelecimento de tetos e de pesadas taxas de importação.

O superlucro, neste processo migratório do capital, é processado pelo Investimento Estrangeiro Direto (IED),⁴ criando ou adquirindo fábricas (filiais) nos países periféricos, onde se produzirá valor, que será transferido da periferia para os países centrais imperialistas.

Este processo de transferência de valor não se dá mais na forma de usurpação unilateral, como na relação colonial clássica, mas seguindo a dinâmica da lógica capitalista: o processo agora é garantido pela livre circulação intrafirmas.

No seu conjunto, a volumosa parte dos lucros produzidos pela atividade produtivo-comercial nos países periféricos e semiperiféricos é retirada deles para as nações imperialistas centrais, por três vias fundamentais: a) pelo pagamento da tecnologia transferida; b) pela amortização da dívida gerada pelos empréstimos (FMI, por exemplo) e c) pela circulação de capitais intrafirmas (o lucro gerado nas filiais na periferia é transferido para suas empresas matrizes no centro).

No que tange à circulação intrafirmas, das filiais para as empresas matrizes, afirma Arrighi (1996, p. 304):

ao se expandirem transnacionalmente [...] as corporações norte-americanas transformaram-se num punhado de “cavalos de Troia” nos mercados internos de outros Estados, mobilizando recursos externos e poder aquisitivo em prol de sua própria expansão burocrática. Assim, o capital das corporações [...] beneficiou-se por ser mais capaz de neutralizar e reverter em benefício próprio o protecionismo de outros Estados, mediante investimentos externos diretos.

O crescente volume de investimento e reinvestimento estrangeiros diretos é apontado por Arrighi em quadro no qual aparece a evolução do IED: de pouco menos de 4 bilhões de dólares em 1950 para mais de 35 bilhões de dólares em 1980; com queda para perto de 12 bilhões de dólares em 1982 (ARRIGHI, 1996, p. 313).

Promover o “desenvolvimento”, portanto, nos países periféricos, particularmente latino-americanos, perseguiu a finalidade de criar as condições para o grande capital ali se instalar, produzir – a baixos custos e elevadas taxas, de mais valia e de exploração – e conseguir vender seus produtos no mercado interno, extraindo riqueza dos países periféricos para os centrais mediante, particularmente, a circulação intrafirmas dos lucros criados pelas filiais na periferia para suas matrizes. O objetivo nunca foi favorecer e ajudar os países “subdesenvolvidos” a construir sua própria indústria, mas criar as condições para que a indústria (de empresas transnacionais) dos países centrais pudesse se instalar nos países “subdesenvolvidos”, garantindo-lhes a lucratividade.

4 Capitais, em geral, oriundos dos países centrais, imperialistas, investidos na atividade produtiva (na construção ou compra de ativos fixos em empresas) no estrangeiro (particularmente em países periféricos, tendo a América Latina como destino especial).

É assim que o “desenvolvimento industrial” nasce e se expande na América Latina: subordinado aos interesses expansionistas do capital internacional e à superexploração dos países periféricos pelos centrais. Daí vem o “desenvolvimentismo”.

Mas para isso é necessário promover um processo econômico, político e social que transforme os países pobres, ex-colônias saqueadas de todas as suas riquezas naturais durante séculos, em nações industrializadas e consumidoras. Torna-se preciso, para os interesses do grande capital internacional, estimular e promover o “desenvolvimento” dos países latino-americanos. Quer dizer, desenvolver nossos mercados, de produção e de consumo, conforme os interesses hegemônicos do capital internacional. Exemplo disso é a marca do governo Juscelino Kubistchek: crescer “50 anos em 5”.

Os países “subdesenvolvidos”, com a injeção de recursos, passariam a estar “em-vias-de-desenvolvimento” para finalmente atingir a condição (ideológica) de “desenvolvidos”. E este processo se faz com a supervisão e estímulo do grande capital internacional. Ou seja, o grande capital, como parte de seu processo expansionista dentro dos limites do “mundo ocidental”, injetará recursos nos países latino-americanos para financiar sua adequação às necessidades mercantis (de produção e de consumo) para a obtenção do superlucro. A saber: a) pela via do Investimento Externo Direto (montando filiais de indústrias nestes países); b) com a transferência de recursos, na forma de empréstimos (gerando a Dívida Externa), para financiar a infraestrutura, a formação de força de trabalho e o consumo ou até c) pela doação e “colaboração” internacional, para estimular o engajamento e a participação da população local (fundamentalmente por via dos movimentos sociais) neste processo.

Para além das reais finalidades econômicas – a geração de superlucros – e dos declarados objetivos sociais – a promoção do “bem-estar social” e a diminuição da pobreza –, essas estratégias perseguiram objetivos políticos: afastar a influência dos projetos socialistas das massas. Assim, se a CEPAL visava politicamente inibir a influência que poderia ter a experiência soviética nas populações do chamado “terceiro mundo”, a Aliança para o Progresso tinha como alvo político contrapor-se à influência da revolução cubana sobre os horizontes ideológicos das massas na América Latina. Conforme afirma Schurmann (1974 apud ARRIGHI, 1996, p. 285), a essência do New Deal era marcada pelo fato de que

a ajuda aos [...] países pobres teria o mesmo efeito dos programas de bem-estar social dentro dos Estados Unidos – dar-lhes-ia segurança para superar o caos e impediria que eles se transformassem em revolucionários violentos.

Por todas essas questões, este processo desenvolvimentista nada teve a ver com uma suposta ruptura ou superação da condição de dependência ou periferia

do Brasil: o desenvolvimentismo confirma e preserva a relação de dependência e desigualdade entre países de centro e periferia; é a comprovação histórica do “desenvolvimento desigual e combinado” e do “imperialismo”.

Com isso, paralelamente, procura-se desencadear um processo de redução da insatisfação e conflitividade social, evitando ainda a influência da revolução cubana e levando atores sociais, de um processo de enfrentamento ao sistema capitalista a uma atitude de busca de melhorias do sistema: de sujeitos mobilizados contra o sistema, a atores do desenvolvimento – dentro do sistema. Atores do desenvolvimento organizados e mobilizados mediante os chamados movimentos sociais. Não que os movimentos sociais compactuassem com os interesses do capital, mas suas demandas e lutas populares passaram a fazer parte do “desenvolvimento” social e político e, portanto, também econômico.

É nesse contexto histórico que surgem e se expandem as Organizações Não Governamentais (ONGs) na América Latina entre os anos 1950 e 1980 do século XX. Elas aparecem como organizações sociais articuladas aos movimentos sociais, os quais constituem verdadeiras organizações populares formadas a partir de necessidades e demandas existentes entre os setores da população. Assim, a partir dessa relação de articulação, as ONGs se constituem intimamente atreladas aos movimentos sociais, extraíndo destes, por via de regra, os objetivos e missões, adotando-os como próprios e, também via de regra, por repasse de verbas recebidas fundamentalmente da “Cooperação Internacional”.

Assim, por um lado promovia-se o desenvolvimento que interessava ao grande capital transnacional: o desenvolvimento de infraestrutura para a produção e comercialização; o desenvolvimento social – particularmente a saúde e a educação públicas – para a formação e manutenção da força de trabalho e para a capacitação massiva do trabalhador para engrossar o Exército Industrial de Reserva e para ingressar no mercado de trabalho. Por seu turno, esses processos, financiados pela “Cooperação Internacional”, deviam ser executados com a participação das populações organizadas fundamentalmente em movimentos sociais, o que fazia com que tais projetos incorporassem (de forma setorializada e pontual) algumas demandas e reivindicações populares, envolvendo as massas mediante a participação dos movimentos sociais. Finalmente, as ONGs faziam parte deste processo em dois sentidos: adotando as demandas dos movimentos sociais como próprias, fazendo delas sua “missão”, e recebendo o dinheiro da “Cooperação Internacional”, destinando-o para tais projetos.

O “desenvolvimento”, portanto, contraditoriamente responde aos interesses do grande capital de se expandir nos países periféricos, produzir a baixos custos, ampliar seu mercado de consumo, retomando e incrementando o superlucro, mas também incorpora, de forma segmentada e pontual, interesses e demandas dos setores populares das nações periféricas.

Dessa forma, embora as ONGs e, em boa parte, os movimentos sociais, tenham se tornado atores do desenvolvimento, conforme interesse do processo de expansão capitalista e, paralelamente, a incorporação das necessidades e demandas populares, esses movimentos participaram desses processos introduzindo tensão e contradição. Os movimentos sociais e as ONGs a eles ligados promoveram também, por meio de suas lutas e mobilizações políticas, ganhos para as classes trabalhadoras e setores subalternos: conquistas de direitos humanos, sociais, civis, econômicos, políticos; ampliação da cidadania em questões raciais e étnicas, em temas ambientais, no acesso a bens e serviços etc.

Eis aqui o contraditório papel político destes sujeitos no processo de desenvolvimento na América Latina. O ator central nessa relação foi o movimento social; a ONG foi um importante ator coadjuvante, cuja missão era definida a partir dos interesses e reivindicações dos movimentos sociais.

Porém essa articulação entre ONGs e movimentos sociais esteve historicamente emoldurada na estratégia expansionista do capital no contexto da “onda longa expansiva” e da “Guerra Fria” entre os anos 1950 e inícios dos 1980. No entanto, as décadas de 1970 e 1980 reservariam profundas mudanças na ordem capitalista: a crise capitalista, o fim do bloco socialista e as transformações neoliberais impactando a relação entre movimentos sociais e ONGs, e o papel político desta última. A seguir, serão detalhadas essas questões.

1.3 CRISE DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO

A década de 1970, que testemunha o fim dos “anos dourados” do capital, emoldura o início do fim do chamado Regime de Acumulação Fordista-Keynesiano (HARVEY, 1993) com o início de uma nova fase de crise capitalista, que se manifesta inicialmente com a alta do preço do barril de petróleo em 1973.

1.3.1 A crise do capital e o neoliberalismo

É consenso entre os intelectuais que o sistema capitalista, após quase 30 anos de intensa expansão econômica (1945-1973), ingressa em uma profunda crise estrutural e sistêmica.⁵ Diante de tal fenômeno, uma fração da classe hegemônica (o grande capital financeiro), aliada aos capitais nacionais, desenvolve uma nova forma de enfrentar a crise, por um lado ampliando a exploração do trabalhador e, por outro, subjugando os pequenos e médios capitais. Surge assim, posteriormente a um surto de ditaduras militares, a nova resposta do capital à crise: o projeto neoliberal. A programática neoliberal representa, portanto, a atual estratégia

5 Ver MANDEL, 1980 e 1982; MESZAROS, 2002 e 2009; ARRIGHI, 1996.

hegemônica de reestruturação geral do capital – que, para a América Latina, segue o receituário do Consenso de Washington, de 1989 – frente à crise e às lutas de classes. O neoliberalismo, como projeto hegemônico nos países ocidentais, comandado pela fração financeira do capital, será o suporte teórico e político de tal transformação, tornando-se hegemônico nos países centrais nos anos 1980 – com Thatcher, na Inglaterra, em 1979; Reagan nos Estados Unidos, em 1981; e Kohl na Alemanha, em 1982 – e nos Estados latino-americanos fundamentalmente a partir da década de 1990 – com a exceção chilena, país onde o neoliberalismo foi instaurado pela ditadura de Pinochet já em 1973.

Como solução parcial à crise capitalista, o neoliberalismo pretende a reconstituição do mercado livre, reduzindo e, inclusive, eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. Assim, nessa nova estratégia hegemônica (neoliberal) do grande capital, é concebido um novo tratamento à “questão social”. Cria-se uma modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais, diferentes conforme o poder aquisitivo de cada pessoa. Portanto, tais respostas não constituiriam um direito, mas uma atividade filantrópica/voluntária ou um serviço comercializável; também a qualidade dos serviços responde ao poder aquisitivo da pessoa; a universalização cede lugar à focalização e à municipalização; a “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, identificada com a autoajuda e ajuda mútua.

É assim que, no que concerne ao novo tratamento da “questão social”, a orientação das políticas sociais estatais é alterada de forma significativa. Elas são privatizadas, transferidas ao mercado e/ou inseridas na sociedade civil; por sua vez, contra o princípio universalista e de direito de cidadania, são focalizadas, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de necessidades pontuais, o que permite sua *precarização*. Finalmente, elas são também descentralizadas administrativamente, levando as regiões pobres a ter que se contentarem com a administração de recursos insuficientes para suas respostas sociais (LAURELL, 1995 e MONTAÑO, 2002, p. 186).

Com isto ocorrem, por um lado, claras perdas de direitos conquistados pelos trabalhadores e setores subalternos da sociedade, particularmente em relação às já precárias estruturas de atenção, assistência e segurança social. Passa-se da política social e da assistência social como um direito do cidadão (garantido pela ação estatal) para a ação voluntária, filantrópica, assistencialista e clientelista desenvolvida no âmbito das organizações e pelos indivíduos da sociedade civil.

É neste contexto de crise, fundamentalmente do capitalismo ocidental, que o crescimento do bloco econômico asiático a partir dos anos 1950 e 1960, comandado pelo Japão, tem impacto negativo nos países da Europa e América. Com isso, o modelo produtivo-financeiro dos chamados “Tigres Asiáticos” mostra vantagens no concorrido mercado capitalista internacional. O que conduz, ainda

mais, os países do Ocidente à necessidade de se reestruturarem para se adequarem neste contexto de crise e melhorarem sua condição no mercado internacional.

Não obstante, paralelamente a essas questões que afetam negativamente o capital (fundamentalmente ocidental), em finais dos anos 1980 um novo fato impacta a geopolítica mundial. Com efeito, inicialmente em 1989, com a queda do Muro de Berlim, e depois em 1991, com o fim da União Soviética, extinguindo o chamado “Bloco Socialista” e findando a “Guerra Fria”, o mundo capitalista pode engolir, como uma grande mordida de um predador, a todos os países órfãos da extinta União Soviética, anexando-os então ao seu mercado (agora globalizado). Pela primeira vez na história da humanidade o mercado capitalista praticamente não reconhece fronteira alguma. Pela primeira vez o mundo é quase absolutamente capitalista e seu mercado, global. A globalização, portanto, não é mais do que aquilo que Chesnais (1996) denomina de “mundialização do capital”. Por sua vez, a extinção do bloco socialista golpeia a esquerda revolucionária nos aspectos ideológico, político e organizativo por todo o mundo, afetando negativamente o poder da classe trabalhadora, agora também ameaçada pelo desemprego cada vez maior.

Enfim, estamos assim em um novo contexto fortemente diferenciado dos “anos dourados” do capitalismo produtivo ocidental, entre 1945 e 1973 (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 180).

Tais fenômenos, podemos afirmar, levaram o grande capital e o imperialismo a abortar o processo desenvolvimentista para a América Latina. Menor resistência e ameaças socialistas, menores gastos em políticas e serviços sociais, menor excedente para ser investido na “Cooperação Internacional” e, particular e principalmente, um enorme contingente populacional e econômico (produtivo e comercial) passível de ser anexado ao mercado capitalista mundial.

Neste novo contexto, em primeiro lugar já não é mais tão necessário ao grande capital, nem conveniente, em particular para sua fração financeira no contexto de crise, continuar investindo no “desenvolvimento” dos países latino-americanos.

Diminuem drasticamente os Investimentos Externos Diretos (como capital de risco) para a América Latina, aumentando o ingresso de capital especulativo.

Segundo se afirma no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Entre as décadas de 1960 e 1980, o Brasil recebeu grandes volumes de investimento estrangeiro direto, mas perdeu o posto para países do Leste Europeu recém-saídos do comunismo (WOLFFENBÜTTEL, 2006).

1.3.2 Neodesenvolvimentismo: enfrentamento ou adaptações do neoliberalismo?

É nesse contexto de crise e hegemonia neoliberal que, nos anos 2000, se repõe e reconfigura o projeto e o debate do “desenvolvimento”.

A proposta do chamado neodesenvolvimento é promovida, conforme aponta Castelo (2012), por três tendências principais:

- a) primeiro pela tendência que denomina de “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento” (CASTELO, 2012, p. 629), promovida pelo ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), nos governos FHC, e a intelectualidade tucana (PSDB), a partir de artigo publicado em 2004 (início do primeiro governo Lula), cujas ideias fundamentais se orientam na “primazia do mercado e seus mecanismos de produção de riqueza, com uma atuação reguladora do Estado nas falhas do mercado” (CASTELO, 2012, p. 629);
- b) a segunda corrente, chamada “pós-keynesiana” (CASTELO, 2012, p. 629), visando a tornar “o capitalismo dinâmico e revolucionário”, em um processo que “compatibilize altas taxas de crescimento econômico com equidade social” (SICSÚ; MICHEL, 2005 apud CASTELO, 2012, p. 625), sustenta sua proposta na “aliança do Estado com o mercado” (industrial), tendo o Estado o papel de “redutor das incertezas” do mercado (CASTELO, 2012, p. 629);
- c) finalmente, a terceira tendência, denominada de “social-desenvolvimentista” e articulada pela intelectualidade petista (PT), particularmente pelo ministro Aloízio Mercadante e o ex-presidente do IPEA, Márcio Pochmann, defende “um padrão de acumulação (ou modelo de desenvolvimento) que conjugaria crescimento econômico, reafirmação de soberania nacional (Brasil como credor mundial, acúmulo de reservas externas e diversificação de parceiros comerciais), reformulação do papel do Estado (reforço nas empresas e bancos públicos, aumento do funcionalismo público e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) e choque distributivo (aumento do salário mínimo e dos gastos sociais – previdência, assistência, seguro-desemprego e abono salarial – e expansão do crédito para pessoa física)” (SICSÚ; MICHEL, 2005 apud CASTELO, 2012, p. 625), visando-se assim à “afirmação do mercado interno via ampliação do consumo de massa” (SICSÚ; MICHEL apud CASTELO, 2012, p. 626).

Dessa forma, mesmo considerando as diferenças entre as três tendências ou correntes “neodesenvolvimentistas” ou “social-desenvolvimentistas”, as comparações dos fundamentos do “nacional-desenvolvimentismo” (“desenvolvimentismo clássico”, dos anos 1930 a 1980), o neoliberalismo (ou ortodoxia econômica liberal, a partir dos anos 1980 nos países centrais e dos anos 1990 na América Latina) e o “neodesenvolvimentismo” (considerado pelos seus promotores a par-

tir do primeiro, mas fundamentalmente no segundo governo Lula),⁶ mostram as profundas diferenças do “nacional-desenvolvimentismo” com os outros, confirmando que não se trata, em nenhum caso, de uma continuidade ou evolução do primeiro (o nacional-desenvolvimentismo) com os demais processos (o “neoliberalismo” e o “neodesenvolvimentismo”).

- Temos, assim, por um lado, o “nacional-desenvolvimentismo” (ou desenvolvimentismo clássico), inserido em um projeto industrial-nacional, fundado na ampliação da produção e do consumo, no contexto da expansão capitalista do Pós-Segunda Guerra.
- Inserido em um contexto e processo profundamente diferente, temos, por outro lado, o “neoliberalismo” como um projeto articulado hegemonicamente pelo capital financeiro, em um momento de crise, que se orienta pela contenção do gasto social do Estado, e a liberalização/desregulação mercantil.
- Finalmente, o chamado “neodesenvolvimentismo” (ou “social-desenvolvimentismo”) é percebido muito mais como uma continuidade/adaptação do “neoliberalismo” do que do “nacional-desenvolvimentismo”. Os fracassos da ortodoxia neoliberal exigiram constantes adaptações e mudanças parciais, garantindo seus fundamentos e procurando esconder esta relação de continuidade com o neoliberalismo: elas foram conhecidas como “terceira via” (nos anos 1990 e identificadas com Tony Blair e Antony Giddens, e, no Brasil, com FHC) e agora como “neodesenvolvimentismo” (a partir de 2003 e identificadas com os governos do PT Lula e Dilma).

É por tal motivo que tanto Castelo (2012, p. 623) como Sampaio Jr. (2012, p. 672) afirmam que o (nacional-)desenvolvimentismo e o (neo)desenvolvimentismo se apresentam, parafraseando a Hegel e a Marx: o primeiro como tragédia e o segundo como farsa.

Vejamos melhor: se na fase de expansão capitalista e da Guerra Fria existia um excedente econômico suficiente para financiar as políticas públicas (sociais, de infraestrutura, de promoção da produção e do consumo) e para promover o “desenvolvimento” (industrial/comercial e social) nos países centrais e particularmente nos países da América Latina (dado o interesse do grande capital na produção barata e no consumo abundante nesta região), no período de crise capitalista, fim do bloco socialista e de hegemonia neoliberal, tal excedente diminui drasticamente, exigindo a redução do gasto público social e da tributação ao

6 Reinaldo Gonçalves apresenta uma análise didática, utilizando quadros comparativos (ver GONÇALVES, 2012).

capital para manter as taxas de acumulação, reorientando o investimento para os países da extinta União Soviética.

Se na fase anterior, o “desenvolvimento” constituiu um processo vinculado à expansão estrutural da produção e do consumo, promovendo estruturalmente o crescimento industrial articulado a certo desenvolvimento social (principalmente nos países centrais), no período atual o “desenvolvimento” assume um caráter subordinado à lógica financeira (juros altos, austeridade fiscal, contensão do gasto social público, desregulação do mercado, redução do “custo país” etc.).

Se no contexto expansionista o desenvolvimento foi um projeto estrutural que acompanhou a expansão industrial/comercial e as conquistas políticas e sociais das classes trabalhadoras, o atual projeto “neodesenvolvimentista” constitui, na verdade, uma variante menos ortodoxa do projeto neoliberal em contexto de crise capitalista.

Se o desenvolvimentismo da fase de crescimento capitalista se sustenta em um pacto social entre o capital industrial/comercial (hegemonicamente) engajando a classe trabalhadora industrial-urbana, no atual contexto esse pacto social é substituído pela hegemonia do capital financeiro, com a exclusão das demandas dos trabalhadores.

No contexto expansionista, o desenvolvimento industrial/comercial se insere na política macroeconômica, de responsabilidade fundamentalmente estatal e empresarial, com participação importante de movimentos sociais; contrariamente, na atualidade, o desenvolvimento perde o caráter estrutural, assumindo uma forma focalizada e autorresponsabilizadora: os chamados “empreendedorismo”, “economia solidária”, por um lado; as políticas de geração de emprego e renda (focadas não em um processo estrutural, mas na promoção assistencialista e focalizada de “pessoas carentes”, desresponsabilizando o Estado e desonerando o capital, jogando a responsabilidade para a “sociedade civil” (transmutada em “terceiro setor”) e os próprios indivíduos. A dita “sustentabilidade” passa a ser o critério para esta noção de “desenvolvimento”.

O “desenvolvimentismo” (industrial e social) na América Latina, financiado a partir do Investimento Externo Direto, dos empréstimos e da “Cooperação Internacional” e processado pelos governos regionais e pelas ONGs como intermediários financeiros, articulando a participação popular mediante os movimentos sociais, que adicionam aos interesses do capital neste processo, os interesses das populações subalternas, é abandonado. No seu lugar surge, para nossa região, o chamado “neodesenvolvimentismo”, orientado a “empoderar”, estimular e promover os sujeitos nas respostas aos seus próprios problemas, em um processo de autorresponsabilização, desresponsabilizando o Estado e desonerando o capital.

1.4 A POLÍTICA SOCIAL NO NEOLIBERALISMO E NO NEODESENVOLVIMENTISMO

1.4.1 A reconfiguração da política social e o novo trato da “questão social” no neoliberalismo.⁷

No atinente ao novo trato da “questão social”, a orientação das políticas sociais estatais é alterada de forma significativa.

Por um lado, elas são retiradas paulatinamente da órbita do Estado, sendo privatizadas: transferidas ao mercado e/ou alocadas na sociedade civil.⁸ Com isso, conforme aponta Laurell (1995, p. 163), “no campo específico do bem-estar social, os neoliberais sustentam que ele pertence ao âmbito privado e que as suas fontes ‘naturais’ são a família, a comunidade e os serviços privados”, o que estaria demarcando “um avanço em relação ao passado”. Coincidentemente, para Soares registra-se com isto um claro “retrocesso histórico”, porquanto há um “retorno à família e aos órgãos da sociedade civil sem fins lucrativos, como instância do bem-estar social [para além da esfera do mercado]” (SOARES, 2000, p. 79).

Nesta clara transferência das responsabilidades estatais (e, portanto, do conjunto da sociedade) atribui-se ao próprio sujeito portador de necessidades a responsabilidade pela satisfação dos seus carecimentos, ora vinculando-se à autoajuda e à ajuda mútua, ora adquirindo os serviços como mercadorias. Aqui, o que era chamado por Oliveira de “antimercadorias” por não possuírem valor de troca – os serviços sociais e assistência estatal – (OLIVEIRA, 1988, p. 15), passa agora a constituir ora uma função filantrópica, ora uma atividade comercial, mercantil. Em ambos os casos é perdida a condição de direito de cidadania. Como bem aponta Soares, o problema não está no suposto caráter de atividade complementar à intervenção estatal, mas no seu real caráter substitutivo (SOARES, 2000, p. 80). Na verdade, o que fica no Estado, o que passa ao “terceiro setor” e o que é privatizado e passa a ser comercializado como mercadoria correspondem a um

7 Tomado de Montaña (2002).

8 Conforme o ex-ministro Bresser-Pereira, os “serviços sociais” são prioritariamente de responsabilidade das “entidades públicas não estatais” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 101). No entanto, para ele, “a melhor forma de combater o clientelismo [estatal] é tornar-se gerencial; é dar autonomia ao administrador público, valorizando-o por sua capacidade de tomar decisões ao invés de submetê-lo a um controle burocrático vexatório” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 23) – na verdade, deveria dizer, a um “controle democrático”. Justifica assim, o ex-ministro, a privatização dos serviços sociais. Enfim, para ele “é necessário extinguir a entidade estatal que realiza as atividades a se tornarem públicas a fim de que possam ser absorvidas por uma associação ou fundação de direito privado, criada por pessoas físicas” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 247).

processo seletivo. Como afirma Laurell (1995, p. 167), a privatização de políticas sociais só interessa na medida em que possam ser convertidas em processo econômico rentável. Aquelas atividades e serviços sociais ou funções assistenciais que não representem um lucro interessante para a “iniciativa privada” serão mantidas no Estado, serão transferidas ao “terceiro setor” ou diretamente eliminadas. Esse processo seletivo de privatização (ver SOARES, 2001, p. 45) depende fundamentalmente das seguintes condições: que exista ou se crie uma demanda para os serviços privados – o que só ocorre quando os serviços estatais são insuficientes ou precários – e que essa demanda provenha de segmentos de renda suficiente, que existam incentivos fiscais ou transferência de fundos públicos para as empresas “cidadãs” que assumem as atividades sociais, ou até que o Estado subcontrate (de forma terceirizada) os serviços privados.

Por sua vez, essas políticas sociais estatais são focalizadas, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de carecimentos pontuais, com necessidades básicas insatisfeitas. Assim, contra o princípio universalista das políticas sociais, e corroendo a sua condição de direito de cidadania,⁹ elas se destinam hoje apenas a uma parcela da população carente de determinado serviço pontual. Isso redundando tanto em uma baixa de qualidade para o grupo de pessoas que dependem do apoio estatal, como em uma dualidade na qualidade dos serviços e do acesso a eles.

É que, fruto da crise financeira, na impossibilidade de financiar um sistema universalista de Seguridade Social e na sua responsabilização por aquela crise, afirma-se como conveniente e necessário “focalizar” na população carente os “parcos” recursos estatais, não os “malgastando” com setores em condições de adquiri-los no mercado. Até aqui tudo parece razoável, não fosse o seguinte resultado: a realização por um lado, de um serviço social privado dirigido aos segmentos possuidores de renda e de qualidade adequada ao seu poder aquisitivo e, por outro, de políticas sociais estatais ou de entidades filantrópicas de qualidade duvidosa, sem garantia de direito e com imagem de doação;¹⁰ portanto, a criação de um sistema diferenciado de atendimento às necessidades individuais segundo o poder aquisitivo.

Processa-se, assim, uma substantiva alteração na responsabilidade pela resposta à “questão social”. Nesse sentido, se no contexto do estado de bem-estar

9 Conforme assinala Soares (2000, p. 79), a focalização apresenta um “conteúdo discriminatório, avesso a qualquer conceito de cidadania”, sendo que seu “caráter ‘emergencial’ leva a que seus recursos sejam utilizados de forma discricionária pelo Poder Executivo Federal, propiciando, entre outras coisas, o clientelismo político” (SOARES, 2001, p. 47).

10 Também Soares (2000, p. 79) afirma que “o resultado tem sido, ao evitar a inclusão [no sistema estatal de atendimento] dos ‘não pobres’, a exclusão [de um sistema adequado de respostas às suas necessidades] dos próprios pobres”. Esta focalização vai muitas vezes lado a lado da autoajuda e da ajuda mútua.

social ela é de responsabilidade do conjunto da sociedade por via do Estado, agora é fundamentalmente o próprio trabalhador quem tem o encargo de responder às suas necessidades e reproduzir-se como força de trabalho, liberando o capital deste “ônus”. Com isto promove-se uma demanda por serviços sociais respondida ora pela autoatividade dos próprios sujeitos portadores de carecimentos, ora pela ação filantrópica de entidades sociais, ora pela prestação de serviços privados (e lucrativos) para a grande parcela da população não coberta e/ou satisfeita pelos Estados (por fora do critério de focalização) nem pela ação filantrópica.

Finalmente, elas são também descentralizadas administrativamente; o que implica apenas uma desconcentração financeira e executiva, mantendo uma centralização normativa e política. Ou seja, a dita “descentralização” da atividade social do Estado, fundamentalmente realizada por via da “municipalização” e transferência para as organizações locais do chamado “terceiro setor”, tem sido realizada apenas no nível do gerenciamento e não da sua gestão. Assim, enquanto a “gestão” se refere a processos tanto administrativos como decisórios (políticos) da atividade, a racionalidade neoliberal reduz este conceito ao de “gerência”, apenas ligado à administração dos fundos e da execução. Isto é, o que se transfere à esfera local/municipal são apenas os processos administrativos, gerenciais, não os políticos e decisórios.

Por tudo isso, o novo trato da “questão social” deve ser, na moldura neoliberal, dual. Por um lado, tem-se de atender com serviços de qualidade a população com capacidade de adquirir os serviços no mercado, segundo suas possibilidades econômicas, em uma atividade claramente lucrativa. Por outro, deve-se intervir, por meio do Estado ou de entidades filantrópicas, nas demandas pontuais da população carente, com precários serviços momentâneos. Altera-se a dimensão de Seguridade Social como direito do cidadão, a universalidade da prestação do serviço, de qualidade homogênea para toda a população, o caráter não contratualista das políticas sociais e assistenciais. Assim, conforme Bresser-Pereira, produz-se uma passagem de uma visão não contratualista e incondicional de proteção social (sem contrato, contrapartida ou mercadorização), própria do pós-guerra – integrada, universalizada, preventiva (ver BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 63, 69) – para a atual visão contratualista – com abandono do compromisso pelo pleno emprego, diminuição relativa dos gastos sociais públicos, transformação dos serviços sociais universais em atenção pública seletiva e focalizada nos carentes, privilégio da lógica do contrato e do seguro, retração da participação do Estado, ênfase na responsabilidade individual (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 64-65).

Dessa forma, para cobrir os vácuos que, na previdência e serviços sociais e assistenciais, deixa esse novo Estado “minimizado” na área social, parte importante das respostas à “questão social” é privatizada e transferida ao mercado (quando lucrativa) e à “sociedade civil” ou “terceiro setor” (quando deficitária),

que vende ou fornece “gratuitamente” os serviços sociais. Enfim, em contraposição à incondicionalidade, unicidade e universalidade da resposta estatal típica do contexto keynesiano, o novo trato da “questão social”, contido no projeto neoliberal, significa a coexistência de três tipos de respostas:

(I) Por um lado, a precarização das políticas sociais e assistência estatais.

Significa sua manutenção, fornecidas “gratuitamente” pelo Estado, em um nível marginal. Este tipo de resposta, no contexto da estratégia neoliberal, exige um duplo processo complementar de focalização e descentralização das políticas sociais estatais. Isto configura o tipo de resposta do Estado à “questão social” fundamentalmente dirigido às populações mais carentes.

(II) Por outro lado, a privatização da seguridade e das políticas sociais e assistenciais, seguindo dois caminhos:¹¹

- a) a remercantilização dos serviços sociais. Estes, enquanto lucrativos, são remercantilizados, transformados em “serviços mercantis”, em mercadorias, sendo traspassados para o mercado e vendidos ao consumidor, como uma nova forma de apropriação da mais valia do trabalhador.¹² Isto conforma o tipo de fornecimento empresarial de serviços sociais, dirigidos aos cidadãos plenamente “integrados”.
- b) a refilantropização das respostas à “questão social” (MONTAÑO, 2002). Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal (precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais) e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou autoajuda. É nesse espaço que surgirá o chamado “terceiro setor”, atendendo a população “excluída” ou parcialmente “integrada”. Isto cai como “uma luva” na mão do projeto neoliberal.¹³

11 Bresser-Pereira os denomina de “privatização” e “publicização” respectivamente (ver BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 96, 246). Na verdade, ambas são formas de “desestatização” e de “privatização”.

12 Desta forma, segundo Mota, na atual estratégia do capital, a reforma da previdência (diferenciando uma básica, estatal, e uma complementar, privada e mercantilizada) constitui uma “forma de apropriação de parte do salário do trabalhador” (LAURELL, 1995, p. 230) que agora “compra” tais serviços, criando uma nova área produtiva rentável e passando a ser o trabalhador, mais do que o Estado, a fonte de financiamento do capital na procura do superlucro.

13 Estas instituições, ao tomarem para si tais funções “deixadas” pelo Estado acabam entrando no esquema de “desestatização” (ou privatização) das áreas “econômicas” e de remercantilização e refilantropização da “questão social”.

Como se vê, o crescimento do chamado “terceiro setor” não constitui um fenômeno isolado, nem é compensação do afastamento estatal das respostas às sequelas da “questão social”. Ele é um fenômeno integrado, complementar, parte do mesmo projeto neoliberal que, por um lado, reduz o papel do Estado na intervenção social, redirecionando sua modalidade de ação (agora, contrariamente ao que reza a Constituição de 88, precário, focalizado e desconcentrado) que, por outro lado, cria uma demanda lucrativa para os serviços privados e que, finalmente, estimula a ação voluntária e filantrópica de um “terceiro setor” dócil e supostamente substitutivo da ação estatal. São três formas de intervenção social que fazem parte do mesmo projeto neoliberal: o desmonte do padrão de respostas sociais típicas do *Welfare State* e da Constituição brasileira de 1988.

1.4.2 O chamado neodesenvolvimentismo e a ideologia e projetos do “Terceiro Setor”

Assim, constitui-se uma ideologia do “Terceiro Setor” voltada para fundamentar a autorresponsabilização dos sujeitos por suas próprias condições de vida, pela solução de seus problemas e satisfação de suas necessidades, desresponsabilizando o Estado da ação social e desonerando o capital nessa tarefa.¹⁴ Esta ideologia funda-se na ideia de que o chamado “Terceiro Setor” (como uma noção ideológica da Sociedade Civil, ver MONTAÑO, 2002) conformaria – contrariamente ao dito “Primeiro Setor” (o Estado tido como espaço da política e da lógica do poder) e ao “Segundo Setor” (o Mercado, como esfera das relações econômicas, do privado, da lógica do dinheiro) – o lugar das subjetividades, da habermasiana intercomunicação e interação humanas, do entendimento e parcerias entre atores diversos, da liberdade e democracia formais (do liberalismo), em que os sujeitos possam de-

14 A desresponsabilização social do Estado e a autorresponsabilização dos indivíduos é tipicamente neoliberal; em seu texto *Direito, legislação e liberdade* Hayek afirma: “é importante que, na ordem do mercado (enganosamente chamada de ‘capitalismo’) os indivíduos acreditem que seu bem-estar depende, em essência, de seus próprios esforços e decisões” (HAYEK, 1990 apud MONTAÑO, 2002, p. 82).

Por outro lado, a desoneração do capital pode ser conferida pela política de governo no Brasil. Em 2011, o Governo Dilma promove uma forte desoneração: dos 80 bilhões do “Plano Brasil Maior” há a desoneração do capital de encargos sobre a folha de pagamento e dos 7 bilhões investidos no consumo há cortes no IOF – Impostos sobre Operações Financeiras. Em 2012, o governo amplia os setores da economia a ser contemplados com a desoneração da folha de pagamento, e prorroga a redução do IPI – Impostos sobre Produtos Industrializados, completando 46,4 bilhões de reais. Projetaram-se para 2013 50,7 bilhões de reais de desoneração do capital prorrogando ainda a redução do IPI, e ampliando ainda mais a desoneração da folha de pagamentos (O Globo, Rio de Janeiro, 7/4/2013, p. 37; ver também O Globo, Rio de Janeiro, 16/2/2013, p. 25 e O Globo, Rio de Janeiro, 22/3/2013, p. 28).

envolver a experiência participacionista, ampliando suas potencialidades pessoais para resolver seus problemas, individual (pelo empoderamento, pelo empreendedorismo, pela autoajuda) ou coletivamente (pela solidariedade, pela parceria).

Esta ideologia, de discurso “progressista”, ecoa como um canto de sereia, que canta e encanta, seduzindo setores da esquerda, intelectual e política, lançando-os para a adesão a ela, fundando a ideologia do possibilismo,¹⁵ afogando qualquer pretensão de transformação social estrutural.

Mas este termo (ideológico) esconde um projeto. O termo “Terceiro Setor”, além da sua mistificação ideológica, oculta um projeto social: o projeto, existente na programática neoliberal, que articula os diversos subprojetos inseridos na ideologia de autorresponsabilização dos indivíduos e desresponsabilização do Estado, visando a desonerar o capital. Assim, tal ideologia materializa-se nos Projetos do “Terceiro Setor”.

O verdadeiro Projeto do “Terceiro Setor”, segundo seus fundamentos de autorresponsabilização do indivíduo e desresponsabilização do Estado, desdobra-se em diversas propostas, também disfarçadas pelos termos que as denominam, tais como: “Economia Solidária”, “Empoderamento”, “Empreendedorismo” e “Empregabilidade”, Políticas de “Combate à Fome e à Pobreza” e de “Geração de Emprego e Renda”, “Democratização da Sociedade Civil”, “Responsabilidade Social Empresarial” e “Responsabilidade Ambiental”, dentre outros. Cada uma destas propostas, destes projetos funda-se na autorresponsabilização dos indivíduos e na desresponsabilização estatal, desonerando o capital. Muitas delas são explicitamente propostas do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), de governos neoliberais, de corporações capitalistas transnacionais.

Assim, para continuarmos na trilha da epopeia de Ulisses, relatada por Homero n’*A Ilíada* e n’*A Odisseia*, os encantos desses projetos, disfarçados na sua linguagem oriunda das esquerdas, com sua aparência progressista, mas tão ao gosto da racionalidade pós-moderna e tão funcionais no neoliberalismo, têm operado como um verdadeiro “Cavalo de Troia”.

Hoje, em sentido semelhante, setores da intelectualidade da esquerda (possibilista), da classe trabalhadora e da população em geral, são seduzidos pela origem e pela aparência destes termos (que representaram históricas bandeiras de lutas: “de-

15 A “ideologia do possibilismo” e, portanto, a “esquerda possibilista, é sustentada na seguinte ideia: “já que não é possível (pelo menos no curto e médio prazo) a transformação social, então vamos investir nossas energias militantes naquelas ações e naqueles projetos possíveis de serem realizados a curto prazo”. Funda-se assim uma “militância de resultados”, orientada ao curto prazo, ao imediato. Esta ideologia levou, num estampido, inúmeros militantes a abandonar o projeto revolucionário para se contentar com a “Economia Solidária”, a “participação local”, o “empoderamento” etc.

mocracia”, “participação”, “empoderamento”, “solidariedade” etc.), pelo poder ideológico neles contido e acabam por abrir as portas e deixar entrar para dentro das muralhas, quebrando suas defesas, aceitando e aderindo a estes projetos, como “uma oferenda dos deuses”, um “presente de grego”. Não percebem eles que, escondidos nestes projetos, nestes “cavalos de Troia”, estão, incólumes e fortes, os valores, os interesses, as visões de mundo da grande burguesia neoliberal.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Editora 34, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, 2012.

Chesnais, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DOS SANTOS, Theotonio. **Dependencia y cambio social**. Santiago: Ceso, 1972.

FRANK, André Gunder. **Reflexões sobre a crise econômica mundial**. São Paulo: Zahar, 1983.

Furtado, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. ???, 2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda [e] inflação e deflação**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

MANDEL, Ernest. **La crisis**: 1974-1980. México, DF: Era, 1980. (Série Popular).

_____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital**: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México, DF: Era, 1977. (Série Popular).

Mészáros, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

Montaño, Carlos Eduardo. **Terceiro sector e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, Carlos Eduardo; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 22, p. 8-28, 1988

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, 2012.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. Indicadores. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, DF, v. 3, n. 22, p. 64-65, maio 2006.